

MULHERES

BOLETIM DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES - Nº 20 - ABRIL/2000



Editorial

Com este boletim queremos apresentar de maneira rápida e sucinta o nosso ponto de vista sobre os desafios que estão colocados para Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista. Posteriormente editaremos um PT Informa Mulheres com as propostas aprovadas na reunião nacional da Marcha, que acontecerá nos dias 25 e 26 de abril deste ano.

Secretaria Nacional de Mulheres do PT



Marcha das Mulheres 2000: retomar o feminismo militante

Falar desse tema pressupõe pelo menos três coisas: uma pequena exposição sobre a Marcha, uma visão de movimento feminista e as possibilidades do movimento construir uma agenda própria.

O sentido de marchar aqui é de construir o caminho ao andar e não de caminhar por estradas que já estão prontas.

Nesse sentido, a Marcha Mundial das Mulheres é um processo de **mobilização internacional contra a pobreza e a violência sexista**, que começou no dia 8 de março e terminará em 17 de outubro de 2000.

Nesse período, de março a outubro, espera-se que os grupos envolvidos, os comitês, promovam ações de rua e de formação.

Lançamento da Marcha

Para marcar o início da Marcha, no dia 8 de março, em nível nacional e internacional foi lançado um abaixo-assinado reivindicando o fim da pobreza e da violência sexista que será entregue ao Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Propostas internacionais

A Marcha é uma ação com

condições de reunir forças para se contrapor ao capitalismo neoliberal e globalizado. Para isso queremos:

- 1) Criar formas de controle sobre o capital financeiro e de coibir as ações do capital especulativo - taxa Tobin;
- 2) Quebrar a espiral do endividamento - parar de pagar a dívida externa e submetê-la a uma auditoria;
- 3) Queremos o fim dos programas de ajuste estrutural;
- 4) Questionamos o sistema econômico único: o capitalismo neoliberal da AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) e da OMC (Organização Mundial do Comércio).

A pobreza no Brasil

Este ano a população mundial atingiu a marca de 6 bilhões de pessoas. Dessas, 4 bilhões estão abaixo da linha da pobreza e 1,3 bilhões vivem com menos de 1 dólar por dia, 70% dessas pessoas são mulheres.

No Brasil, até 1990, 42% das mulheres trabalhadoras recebiam até 1 salário mínimo enquanto havia 27,5% de homens nessa faixa de renda.

Quando a mulher é responsável pelo sustento da família seu nível de renda fica entre 50% a 60% da renda média de todos os chefes. No caso dos domicílios chefiados por mulheres com crianças a renda cai para 40% do valor de todos os domicílios.

A renda é um elemento importantante para definir se uma pessoa é pobre ou não. Mas ela não é o único. A pobreza é, também, falta de alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, lazer, arte, qualidade de vida etc. Além disso, em muitos casos, as mulheres convivem com o isolamento social, e em função disso, a vulnerabilidade e a dependência tendem a se agravar.

A saída dessa situação irá exigir que as mulheres tenham direitos às mesmas oportunidades que os homens. Diante disso, é preciso ter medidas, ter ações que tenham o objetivo de acabar com a pobreza e isso implica distribuir a renda entre pobres e ricos, entre mulheres e homens.

Violência sexista

A violência doméstica e sexista, que assim tem sido identificada por ser praticada dentro da casa por pais,

irmãos, padrastos, maridos e companheiros contra as mulheres, ainda é vista como natural por muitas pessoas.

No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar, por uma pessoa com quem ela mantém uma relação de afeto.

As estatísticas nos mostram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro. Mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, queimaduras, e estrangulamentos.

A Constituição diz que todas as pessoas são iguais, independentemente do sexo, crença, raça, grau de instrução ou orientação sexual. As leis brasileiras garantem a homens e mulheres o mesmo direito. Por isso, é fundamental que sejam colocadas em prática políticas públicas de combate a violência e que o governo cumpra os compromissos firmados na "Convenção do Pará".

Manifestações locais

Apresentamos exemplos que demonstram como cada cidade, cada estado, pode adequar a sua ação em função das demandas e das necessidades locais. Algumas mulheres africanas, por exemplo, disseram que é muito difícil coletar assinaturas porque o índice de analfabetismo é muito alto. Então se propuseram fazer uma colcha de retalhos. Cada uma contribuirá com um pedacinho de pano e irão fazer uma colcha que será enviada à ONU em substituição ao abaixo-assinado.

Essa é uma coisa que temos que pensar em como fazer. Isto é, como as analfabetas irão participar desse abaixo-assinado.

Em relação ao 8 de março as iniciativas foram variadas. Aí vão dois exemplos para termos uma idéia da diversidade.

Em Vitória, no Espírito Santo, foi feito um levantamento de quantas mulheres haviam sido assassinadas no primeiro semestre de 1999. O nome delas foi colocado em cruces que foram carregadas durante a passeata.

Também fizeram cartazes onde escreveram palavras indicando situações que queriam acabar: Fome, Miséria, Machismo etc e colocaram fogo nessas coisas, transformando-as em cinzas.

Em Santarém, no Pará, as mulheres fizeram uma Cobra Grande de 25 metros. A Cobra Grande é um mito que apavora a população ribeirinha e os viajantes. Na atividade que promoveram, a Cobra Grande representava a pobreza e a violência a serem destruídas. Esses são apenas alguns exemplos, que demonstram que cada local terá sua dinâmica.

Retomar ações feministas

O feminismo, sobretudo a partir dos anos 60, foi uma teoria e uma prática inovadora, criativa e radical que questionou modelos que não reconheciam a opressão específica das mulheres. O feminismo trouxe para o movimento e partidos a idéia de que a libertação das mulheres é um elemento essencial para qualquer processo de transformação radical da sociedade.

Não é possível libertar parte da humanidade enquanto outra é oprimida. Até há pouco, o pensamento dominante na esquerda considerava que era suficiente primeiro fazer a revolução, e que automaticamente o problema da opressão das mulheres estaria resolvido.

O feminismo foi muito importante não apenas em relação às bandeiras feministas como Aborto, Violência, Autodeterminação etc. mas também por vincular essas questões às necessidades de uma mudança geral da sociedade.

Nos anos 90, com a chamada crise da esquerda, muitas feministas, como ocorreu com muitas ativistas dos movimentos sociais, também abandonaram o ideário socialista, poderíamos até dizer que deixaram de acreditar na possibilidades de mudança. E numa conjuntura de perda de direitos acabam por acreditar em políticas paliativas.

Uma das conseqüências dessa crise é que uma parte significativa do movimento de mulheres passou a

trabalhar com a idéia de consenso em detrimento da idéia de conflito.

E, evidentemente, que é importante, em determinados momentos, buscar o consenso, mas não é sempre que podemos e devemos buscá-lo, porque ele mascara conflitos, divergências e omite diferenças. Dificulta às pessoas, no caso as mulheres, perceberem as diferentes propostas, as diferentes visões políticas que estão em jogo.

Outra idéia que ganha força na sociedade como um todo e que por tabela acabam refletindo e sendo incorporada pelas feministas, é a idéia de que o Estado não precisa ser um Estado provedor, um Estado protecionista, e que deve haver uma responsabilidade civil, que há uma parcela de responsabilidade que deve ser assumida pela sociedade civil.

Nossos desafios:

a) promover uma análise, permanente, da situação das mulheres. Essa análise não deve restringir-se a simples coleta de dados, mas conter análises e interpretações do que foram os avanços e do que permanece de elementos patriarcais e machistas na situação das mulheres

b) retomar as lutas e a radicalidade do movimento feminista

c) ter clareza que não haverá libertação das mulheres, não haverá mudança na sociedade, se não houver autonomia e autodeterminação das mulheres

Isso tudo somente será possível com um movimento feminista forte, a partir da organização das mulheres. Um movimento autônomo perante o Estado outras organizações e, desse ponto de vista, a Marcha pode ser uma das possibilidades.



MULHERES é uma publicação da
Secretaria Nacional de Mulheres do PT
Texto: Maria Luiza da Costa e trechos da cartilha
"Violência Contra a Mulher sem medo de meter a colher"
Editoração: Maria Luiza da Costa
Endereço: Rua Silveira Martins, 132 Centro, São Paulo/SP - CEP: 01019-000
Fone: (011)233.1375 Fax: (011) 233-1348
Correio eletrônico: mulheres@pt.org.br